

OS MINISTÉRIOS E A «ESTRUTURA» DA IGREJA NA DECLARAÇÃO COMUN ANGLICANO-CATÓLICA «MINISTÉRIO E ORDENAÇÃO»

A Declaração comum anglicano-católica sobre a doutrina do Ministério, elaborada pela Comissão Internacional anglicano-católica romana, data de 1973¹.

Inserese, por isso, não apenas no desenvolvimento do Ecumenismo a partir do Concílio Vaticano II, mas sobretudo, por parte da Igreja Católica, da importância decisiva que teve para este movimento a constituição dogmática sobre a Igreja.

Comentando esta constituição, um teólogo anglicano afirmava que «a questão institucional é colocada em seu lugar adequado dentro do contexto mais vasto e mais profundo do mistério da salvação, com prioridade dada à ideia do povo de Deus»².

De facto como reconhece Y. Congar «até à renovação dos últimos quarenta anos, que foi como que conagrada pelo Concílio, a visão da Igreja vulgarizada pelos manuais de Teologia era a da «societas inaequalis hierarchica», não pela de comunidade ou de povo de Deus»³.

O presente trabalho visa estabelecer, apenas e em pormenor a relação entre os ministérios e a estruturação da Igreja que está neste acordo e que foi possível, por parte da Igreja católica, a partir justamente desta renovação eclesiológica.

1 Texto em *La Documentation Catholique*, 1644 (1973) 1063-69.

2 John N. D'Kelly, 'A Constituição vista por um anglicano', in *A Igreja do Vaticano II* (Petrópolis 1965) 1225.

3 Y. Congar, *Ministères et Communion ecclésiale* (Paris 1971) 34.

1. O PONTO DE PARTIDA PNEUMATOLOGICO

Ultrapassando esta visão da Igreja como sociedade desigual hierárquica, o número cinco do acordo em questão afirma que o «Espírito Santo utiliza todos os ministérios para construir sem cessar uma Igreja que seja esta comunidade de reconciliação em vista da glória de Deus e da salvação dos homens».

Esta afirmação parte do principio largamente desenvolvida no capítulo I da *Lumen Gentium* de que é Deus (o seu Cristo, o seu Espírito) quem reúne e constrói *actualmente* a Igreja: é Deus que chama (Rom 1, 6), é Deus que faz crescer (1 Cor 3, 6), é Deus que estabelece a uns como apóstolos e a outros como profetas e doutores (1 Co 12, 28).

Para este fim Deus utiliza naturalmente a função dos homens, mas estes estão dentro duma ontologia mais profunda que os envolve que é o mistério da graça vivendo na Igreja.

É precisamente este envolvimento que nos proíbe pensar que os ministérios são absolutizações funcionais fora da natureza da Igreja, fora do dom do graça que constrói *actualmente* a Igreja. Na Carta aos Coríntios (1 Cor 3, 5b), S. Paulo contra uma certa absolutização dos ministérios, tem a coragem de dizer que «Paulo e Apolo não passam de servidores por meio dos quais eles acreditaram».

O senhorio de Deus, do seu Cristo e do seu Espírito exerce-se sobre todo o povo de Deus e unifica-o: «Todos os cristãos são chamados a servir o projecto deste senhorio, pela submissão à graça divina» (Declaração, n. 7).

2. A DIVERSIDADE DE ACÇÃO DO ESPÍRITO E A ONTOLOGIA DOS MINISTÉRIOS

O texto reconhece que *alguns* estão no Novo Testamento ao serviço de *todos* em seus números 4 a 8, definindo a apostolicidade não apenas na linha da fé, mas também na linha da sucessão apostólica⁴. A apostolicidade

⁴ A terminologia «um», «todos», aparece-nos em *El ministerio y los ministerios según el Nuevo Testamento* (Madrid 1975) (obra

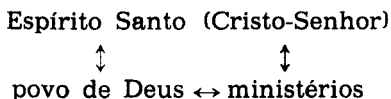
desempenha mesmo a função fundamental nesta ligação e diferenciação entre o um e o todos que é criação do mesmo espírito.

«Como toda a comunidade humana, escreve o texto, a Igreja tem necessidade dum centro director e unificador; o Espírito Santo provê a isso pelo ministério implicando ordenação» (Declaração, n. 7 e 10).

Através da diferentes figuras e de modalidades diferentes de organização, o documento reconhece (n. 6) que o Espírito Santo cria funções diferentes de uns e todos e que essa função está primaria e originalmente presente no colégio dos apóstolos (n. 4).

Mas é o Espírito Santo que unifica a obra da evangelização e esta estruturação da Igreja em uns e outros faz parte dum conjunto alargado dos dons do Espírito.

A uma estrutura binária, cara aos protestantes, segundo a qual o Espírito Santo suscita os ministérios e a Igreja determina-os e confia-os; a uma estrutura binária, cara aos católicos, segundo a qual Cristo pelos ministérios está presente à Igreja histórica e formalmente, temos uma estrutura ternária que Y. Congar em sua obra citada traduz segundo o esquema:



Os ministérios são funções no interior dum corpo, dum povo, ou duma comunidade que se qualifica ontologicamente como serviço e missão: «O ministério implicando ordenação visa estar ao serviço do sacerdócio de todos os fiéis», escreve a Declaração em seu número 7⁵.

Assim os ministérios são funcionais, na medida em que são estruturações dum corpo em que cada membro está ordenado para a vida de todos.

colectiva dirigida por Jean Delorme), 373. Sobre a apostolicidade de ministério a apostolicidade de doutrina, Y. Congar, op. cit., 51-72.

5 «O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdocio ministerial ou jerárquico, embora se diferenciem essencialmente, ordenam-se mutuamente um ao outro», escreve a *Lumen Gentium*, n. 10.

Esta doutrina, ultrapassa a insistência protestante no sacerdócio dos fiéis e a insistência católica no sacerdócio ministerial, pela relação estruturante e desde logo funcional ministério-povo de Deus.

3. PNEUMATOLOGIA, CRISTOLOGIA, MINISTERIO

O ministério que implica ordenação, é considerado no texto em análise na sua relação a Cristo e na sua relação ao Espírito Santo. (Declaração, nn. 7 e 10).

A razão de ser mais profunda e por conseguinte o rasgo mais específico deste ministério é o de significar a relação de Cristo com a sua Igreja. Na Igreja Católica, a tradição teológica vai no sentido de ligar o ministério ao Cristo histórico, no sentido em que a iniciativa absoluta e constante de Deus em seu Filho se faz visível através do conjunto de mútuas relações entre o presidente e a assembleia.

Desta forma a Igreja é simultaneamente assembleia convocada e convocante. O ministério ordenado é *estruturante*, justamente porque esta dependência a respeito de Cristo Senhor e Salvador se vive na dependência recíproca da comunidade e do ministro. «A sua dependência manifesta que a Igreja não é dona da palavra e dos sacramentos, nem fonte da sua fé, da sua esperança e da sua unidade e que o ministro por seu lado não existe por ele mesmo e para ele mesmo, nem pode dispor como lhe apetece do povo cristão»⁶.

A tradição protestante insiste mais na instituição divina não dos ministérios, mas do ministério⁷. Deus deu à comunidade cristã um estatuto fundamental de serviço e de missão. Os ministérios são suscitados pelo Espírito e confirmados pela Igreja.

⁶ Groupe de Dombes, *Pour une réconciliation des ministères* (Les Presses de Taizé, 1973) 19.

⁷ *Confissão de Augsburgo*, art. 5 e 28 e Calvino, *Institution Chrétienne*, IV, 1, 5.

O acordo em análise, fazendo depender o ministério que implica ordenação, do Espírito Santo, na linha da apostolicidade, situa-se a meio caminho entre a concepção católica e a concepção protestante tradicional: «Como arauto e embaixador, ele é com autoridade, um representante de Cristo e proclama a sua mensagem de reconciliação» (Declaração, n. 8). O acordo não vai mais longe naquilo que poderíamos chamar a relação entre o ministério e o Cristo histórico.

Não desenvolvendo de maneira formal as relações que acabamos de apresentar, o texto dá muita importância à apostolicidade do ministério ordenado: «a responsabilidade episcopal de super-visão (épiscopo) é um elemento essencial do ministério implicando ordenação. Esta responsabilidade supõe a fidelidade à fé apostólica (...). Os presbíteros são adjuntos do Bispo nesta supervisão da Igreja» (Declaração, n. 9).

Por outro lado, o texto afirma que a Igreja é apostólica não somente em razão da sua fé, mas também porque «em resultado da missão confiada aos apóstolos, a Igreja está encarregada de comunicar o que recebeu» (Declaração, n. 4).

4. AUTORIDADE E MINISTERIO

A autoridade do ministro vem do facto de ser enviado pela autoridade de Jesus (apóstolo), mas também do facto de ser reconciliado rem nome desse Jesus. O ministério recebe neste documento um forte assento de reconciliação no seguimento da obra de Cristo, o reconciliador (Declaração, n. 3).

E este fundamento do ministério é tão válido para o ministério do ministro ordenado, como para o ministério ou *diakonia* de toda a Igreja:

«Enquanto a Igreja está ainda na fase da sua santificação, tem por função ser instrumento pelo qual a reconciliação em Cristo, é proclamada, o seu amor é manifestado e os meios de salvação são oferecidos aos homens» (Declaração, n. 3).

As tarefas do ministério apostólico resultam desta

autoridade das origens e reduzem-se a três eixos fundamentais:

a) O ministério da palavra. Os ministros ordenados são ministros do Evangelho (Declaração, n. 10).

b) Este ministério desemboca num ministério de guia, de super-visão da presidência.

c) O ministro ordenado é o grande celebrante, o ministro dos sacramentos, sobretudo a Eucaristia (nn. 12 e 13) e a reconciliação (n. 12).

O texto sublinha sobretudo o ministério reconciliador que vem aos ministros da palavra e da Eucaristia, mas sobretudo do sentido reconciliador que tem a celebração da Eucaristia, como memória do sa ceificio reconciliador.

5. VOCAÇÃO E ORDENAÇÃO

A relação entre chamamento e ordenação é certamente uma questão importante no diálogo ecuménico e das mais sensíveis: o texto estabelece por um lado a relação entre o chamamento ao ministério e a vontade de Deus e por outro, sublinha o carácter de sucessão apostólica da ordenação: «assim como os apóstolos não se escolheram a si mesmos mas foram escolhidos por Jesus e receberam deles a missão, assim também aqueles que são ordenados são chamados por Cristo na Igreja e pela Igreja» (Declaração, n. 14).

A teoria segundo a qual os ministérios dimanam da comunidade é pois rejeitada.

Esta sucessão apostólica não é meramente jurídica, mas ao contrário, representa sempre um dom do espírito a sua Igreja: «Não somente a sua vocação vem de Cristo, mas também a sua qualificação para o exercício do ministério é um dom do Espírito» (Declaração, n. 14).

O texto ecuménico reconhece o carácter não reiterável do sacramento da Ordem, em razão do selo especial com que é marcado aquele que é ordenado e destaca finalmente, o carácter da catolicidade da Igreja, a partir da colegialidade ministerial que se exerce na ordenação sacerdotal.

Reflexão teológica

Tudo aquilo que escrevemos nesta análise que vimos fazendo do texto da comissão anglicano-católica sobre o Ministério tem como escrevemos na introdução, uma questão prévia importante, que perpassa toda a análise e sobre a qual naturalmente nos vamos ainda debruçar nesta conclusão: a questão é a seguinte: *Pertencem os ministérios à estrutura da Igreja, tal como foi fundada por Jesus Cristo e o dom do seu Espírito? Se assim foi que papel desempenham e que significação estrutural apresentam?*

Começamos por reconhecer que, como reconhece Yves Congar⁸, o termo «estrutura» é hoje difícil de definir, e que tem recebido outro tipo de contações, mesmo em Teologia. Aqui queremos significar como ele aquilo de que a Igreja tem necessidade para ser a Igreja de Jesus Cristo, quer no sentido de assegurar a sua missão, quer no sentido de realizar plenamente a sua missão no mundo.

A esta pergunta responde o texto em análise que os ministérios pertencem à estrutura da Igreja, na medida em que representam um dom específico, para a ordenar segundo a vontade de Deus.

Podemos ainda afirmar que o ministério que estrutura a Igreja é aquele que é dado pela ordenação que configura o ordinando no ministério apostólico e finalmente que essa ordenação cria uma estrutura que é simultaneamente lugar visível do senhorio histórico de Jesus e dom da sua graça.

Congar define o termo estrutura em relação à organização que é o conjunto dos ministérios, dos carismas e da vida da Igreja geral.

O documento reconhece no ministério apostólico a estrutura fundamental da Igreja, ao afirmar que na Igreja primitiva, os apóstolos exerceram um ministério cujo valor permanece fundamental para a Igreja: «Do emprego da palavra apóstolo no Novo Testamento para falar dos Doze, de Paulo e dos outros, é difícil deduzir um perfil preciso do apóstolo, mas dois traços primordiais do apostolado ori-

8 Y. Congar, cit., 47.

9 Hans Kung em *Strukturen der Kirche* (Freiburg 1962) fala de estruturas no plural, entendendo por elas outras formas como o laicado.

ginal podem ser claramente discernidos: uma relação particular com Cristo e uma missão recebida dele em vista da Igreja e do mundo» (Declaração, n. 4). E reconhece que este ministério se perpetua na ordenação (n. 14). Reconhece finalmente que as funções deste ministério apostólico que cabem ao presbítero e diácono, são irrevogáveis e permanentes e são as de Cristo histórico, para continuar a missão da Igreja (n. 16).

A doutrina da relação entre ministérios e estruturação da Igreja apresentada neste documento é pois a mais rica junção da tradição católica e protestante do ministério nos três tempos assinalados: ultrapassando uma teoria meramente binária que era a saída das polémicas da Reforma com uma exagerada acentuação do sacerdócio ministerial do lado, desligado da *Ecclesia* e com uma exagerada acentuação do sacerdócio comum do outro, desligado do dom específico de Cristo para estruturar a sua Igreja, este documento coloca a estrutura da Igreja no mistério visível da manifestação invisível da Igreja, isto é, na ordem da graça que promove e julga a Igreja.

Apesar das diferenças terminológicas das origens que o documenta assinala e todos reconhecem hoje, apesar do facto do mesmo termo poder significar realidades diferentes, todavia, é esta estrutura do ministério apostólico que se continua na Igreja e que pertence à sua visibilidade querida por Deus.

Sem desprezar a unidade fundamental dos carismas e dos ministérios na Igreja, este documento faz uma distinção entre aquilo que Y. Congar chamou a «estrutura e a vida»¹⁰. A estrutura representada pelos ministérios que implicam a ordenação, a vida representada por todos os carismas e ministérios que partindo do mesmo Espírito, são dados à Igreja em vista da edificação comum.

Partindo desta distinção de Congar, podemos dizer que segundo este documento ecuménico, o que verdadeiramente estrutura a Igreja é o ministério ordenado na forma da sucessão apostólica, segundo aquela expressão consa-

¹⁰ Distinção utilizada por Congar em *Vraie et fausse Réforme de l'Eglise* (Paris 1950).

grada no Decreto conciliar *Ad Gentes*: «Os apóstolos foram o germe do novo Israel e ao mesmo tempo a origem da hierarquia sagrada» (n. 5).

ARNALDO CARDOSO DE PINHO
Universidad Católica.
Oporto (Portugal)